

NOTA DE ABERTURA

ECONOMIA E EMPREGO

Desde a entrada em vigor na U.E. e até ao início da crise (2008) Portugal registou sempre uma taxa de desemprego abaixo dos 9%. No início do século XXI a taxa rondava os 5% o que, em termos da U. E. (27), colocava o nosso país como tendo a sétima menor taxa de desemprego. Em 2014, já com esta taxa em desaceleração face aos dois anos anteriores, passámos a ser o quarto país com o valor mais elevado, com 14% de taxa de desemprego (pior, só a Grécia, Espanha e Chipre, sendo que os dois primeiros tinham um histórico de desemprego bem superior ao português).

Contudo, no último ano, os números mostram que o desemprego em Portugal tem vindo a baixar de forma mais expressiva, em particular ao longo do 2º e 3º trimestre. O número de desempregados, de acordo com os critérios usados pela Eurostat, reduziu-se, entre o 1º trimestre de 2015 e o 3º trimestre deste ano, em quase 100 mil pessoas, fixando-se em 619 mil indivíduos.

Apesar desta tendência – e descontando ainda o facto de uma taxa de desemprego de dois dígitos ser sempre um valor muito elevado – o optimismo deve ser devidamente moderado. Olhemos para alguns números que o comprovam:

— O **emprego**, que é o indicador que mede de facto a evolução da economia e a capacidade da mesma em absorver os recursos humanos disponíveis, dá sinais de melhoria. Após um ligeiro aumento do 1º para o 2º trimestre deste ano, o número de empregados voltou a diminuir no 3º trimestre face ao trimestre anterior o que significa que, desde que se iniciou a crise (2008) foram destruídos cerca de 600 mil postos de trabalho (cerca de 12% da população empregada naquele ano).

— Por outro lado, o perfil dos desempregados vem acentuar os motivos de preocupação, dado que cerca de 50% dos mesmos são **desempregados de longa duração** (aqueles que procuram emprego há, pelo menos, 2 anos) e mais de um terço têm mais de 45 anos. Ou seja, estamos perante um desemprego que terá muita dificuldade em regredir e que podemos classificar de estrutural (o FMI atribui-nos um desemprego estrutural acima dos 10%). Este perfil vem colocar-nos numa posição muito pouco invejável na comparação com o conjunto da zona euro.

Por último, temos o facto de a redução do número de desempregados se fazer, em simultâneo, com a **diminuição da população residente** em Portugal (o fenómeno emigratório continua a marcar a nossa realidade, sendo predominantemente alimentado por mão de obra qualificada que o país formou e que vai gerar um retorno do investimento feito por nós noutra país) e com o **aumento do número de inactivos em idade activa que se afirmam disponíveis para trabalhar** (os agora designados “desencorajados”), cujo número subiu no 3º trimestre deste ano para os 294 mil (um significativo aumento de 20.9% face ao trimestre anterior).

Se, simplesmente, somarmos aos desempregados os “desencorajados” estamos já a falar de mais de 900 mil pessoas e, ainda, não estamos a referenciar nem os que foram trabalhar para o estrangeiro, nem os que simplesmente são excluídos do conceito de desempregados por estarem a frequentar cursos de formação profissional, não sendo possível calcular o seu número. As acções formativas promovidos no âmbito do POPH em 2014 abrangeram, no somatório das respectivas frequências, cerca de 778 mil desempregados, mas não é possível obter o número real de pessoas envolvidas, dadas as situações em que o mesmo formando frequenta mais do que um curso. De qualquer modo, o número de portugueses em idade activa que a economia se revela incapaz de integrar é hoje claramente superior a 1 milhão, mesmo contando com os favores do efeito demográfico, cujo envelhecimento tem neste caso um efeito amortecedor.

De referir, ainda, que em **termos sectoriais** as diferenças são notórias, merecendo destaque a subida na população empregada no **sector dos serviços**, que no 3º trimestre 2015 atingiu os 68% da população empregada total (com mais 46 mil empregados que no período homólogo de 2014 e mais 23 mil que os números contabilizados em 2008), e que atenuaram a quebra registada, quer na agricultura e pesca (menos 239 mil, face a 2008), quer na indústria e na construção (menos 406 mil relativamente ao mesmo ano).

Por tudo isto, não podemos deixar passar a ideia de que estávamos perante um problema conjuntural e que tudo está a regressar ao ponto de partida. A simples tendência para o decréscimo do desemprego não pode sequer considerar-se um sinal seguro de recuperação da economia, sendo, por outro lado, manifesto que a economia que resulta das políticas públicas aplicadas não é ela própria amiga do emprego.

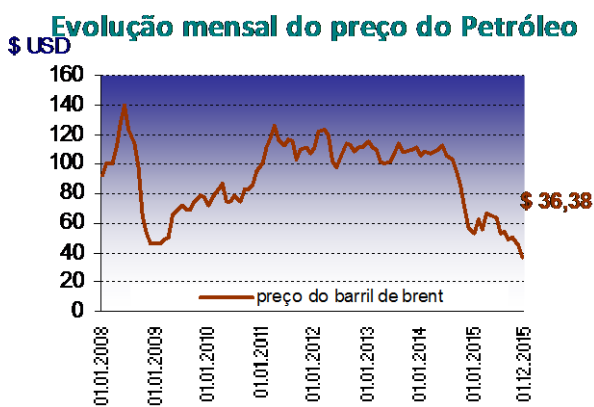
A lógica com que está concebido o “Portugal 2020”, centrada em actividades ditas exportadoras e na indústria transformadora, aponta, sobretudo, para investimentos capital intensivo (do lado das empresas), reservando, para aqueles que não têm emprego, a frequência de cursos de formação de longa duração, quase sempre, sem uma efectiva ligação com o mercado de trabalho ou com uma estratégia integrada de investimento das empresas, onde o factor trabalho seja positivamente discriminado relativamente ao factor capital. Em matéria de criação de emprego os modelos de crescimento não são neutros. Não ter isso em devida conta é fazer da prioridade no combate ao desemprego um exercício de pura retórica discursiva sem correspondência com as políticas públicas que lhe devem estar associadas e nas quais deveria estar sempre presente que quem pode criar emprego são, sobretudo, as empresas e que só uma economia orientada para a valorização dos serviços (ou seja, do conhecimento e do imaterial) pode gerar uma criação líquida do emprego).

I - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. As últimas projecções do FMI (de Outubro) voltaram a perspectivar um **crescimento ligeiramente mais moderado, de 3,1%, para a economia mundial em 2015** (-0,2 pontos percentuais do que a projecção de Julho), sobretudo em resultado do abrandamento mais intenso previsto para as economias emergentes e países em desenvolvimento, associado à maior instabilidade e à tendência descendente dos preços das matérias primas, que se traduziram num menor crescimento nos países exportadores de petróleo e ainda no abrandamento da economia chinesa, menos suportada no investimento. **Foram igualmente revistas em baixa as projecções para o crescimento mundial em 2016, para 3,6%** (também 0,2 pontos percentuais abaixo da projecção de Julho). **Para a zona Euro** a projecção de crescimento do PIB para 2015, de 1,5%, não sofreu alterações, com o abrandamento previsto para a Alemanha a ser compensado pela aceleração prevista para Itália, enquanto a projecção de crescimento para 2016, de 1,6%, ficou 0,1 p.p. abaixo das anteriores projecções. **As previsões da Comissão Europeia** de Outono (Outubro) são ligeiramente mais optimistas, prevendo **um crescimento para a zona Euro de 1,6%, em 2015, de 1,8% em 2016 e 1,9% em 2017**.
2. Os dados disponíveis acerca da actividade decorrida nos meses recentes apontam para uma estabilização do ritmo de crescimento da actividade na UE no terceiro trimestre face ao trimestre anterior, mas em recuperação face ao que se passava há um ano atrás. Por um lado, os dados do PIB revelam uma variação homóloga do PIB no terceiro trimestre do ano, de 1,6% na Zona Euro e de 1,9% na UE28, semelhantes às taxas de crescimento registadas no segundo trimestre mas acima dos 0,8% e dos 1,3% registados no 3º trimestre de 2014, respectivamente.

A evolução do emprego nesse mesmo trimestre foi também semelhante à verificada no segundo trimestre com um acréscimo homólogo de 1,1% quer na Zona Euro, quer na UE28 (0,1 p.p. acima do verificado no 2º trimestre) e ligeiramente acima do crescimento registado há um ano atrás (compara com variações homólogas no 3º trimestre de 2014 de 0,8% e 1,2% na Zona Euro e na UE28, respectivamente).

A inflação anual mantendo-se baixa, em Novembro, foi de 0,2% na Zona Euro (tinha sido de 0,1% em Outubro e de 0,3% em Novembro de 2014) e de 0,1% na UE28 (0% em Outubro e 0,3% em Outubro de 2014).



3. **O preço do petróleo no segundo semestre 2015 manteve-se numa trajetória continuamente descendente, com o barril de “brent” a atingir 36.38 dólares no início do mês de Dezembro.**

4. Em termos prospectivos os vários organismos internacionais, com as previsões do FMI, as previsões da Comissão Europeia, ou ainda as projecções do Eurosistema, são consentâneos a preverem um melhor desempenho em 2016, para a economia mundial.

Embora com um nível de incerteza elevado, é previsto um desempenho menos desfavorável nas economias emergentes e também a continuação da recuperação das economias mais avançadas,

designadamente do Japão, dos Estados Unidos e da Zona Euro. Como pressupostos, é assumido que as condições globais de financiamento se manterão acomodáticas e que os preços do petróleo aumentarão muito gradualmente, contrastando com a evolução dos preços dos bens não energéticos (designadamente metais e bens alimentares), relativamente aos quais é esperado que se mantenham estáveis nos baixos níveis que atingiram.

Segundo o BCE, os riscos para as previsões feitas para a Zona Euro, continuam do lado descendente e prendem-se sobretudo com a maior incerteza relativa à evolução da economia mundial, bem como aos maiores riscos geopolíticos. Estes últimos têm potencial para pesar mais fortemente sobre o crescimento mundial e a procura externa de exportações da Zona Euro e sobre a confiança dos agentes económicos.

II - ECONOMIA PORTUGUESA

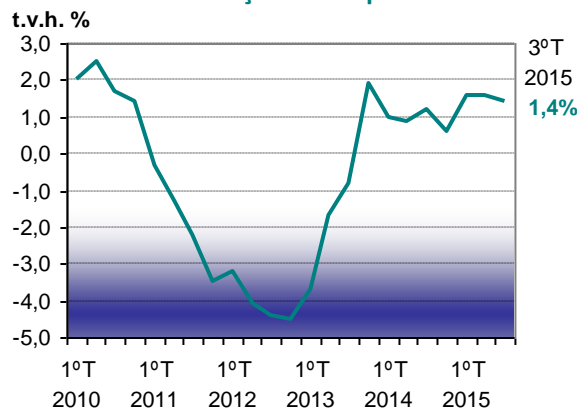
Produto, Procura Interna e Procura Externa

A evolução do PIB português no terceiro trimestre do ano, ficou próxima do crescimento registado nos trimestres anteriores, com uma variação homóloga de 1,4% (compara com variações de 1,6%, nos dois primeiros trimestres do ano e com 1,2% no terceiro trimestre de 2014).

Contudo o contributo da procura interna para o crescimento do PIB, de 1,9 pontos percentuais (p.p.) foi menor do que o dos trimestres anteriores (compara com 3,5 p.p. no 2º trimestre e com 2,1 p.p. no 3º trimestre do passado ano), e o contributo da procura externa líquida foi ainda negativo, de -0,5 p.p., ainda que de menor magnitude do que o registado nos trimestres anteriores (compara com -2 p.p. no 2º trimestre de 2015 e com -0,9 p.p. no 3º trimestre de 2014).

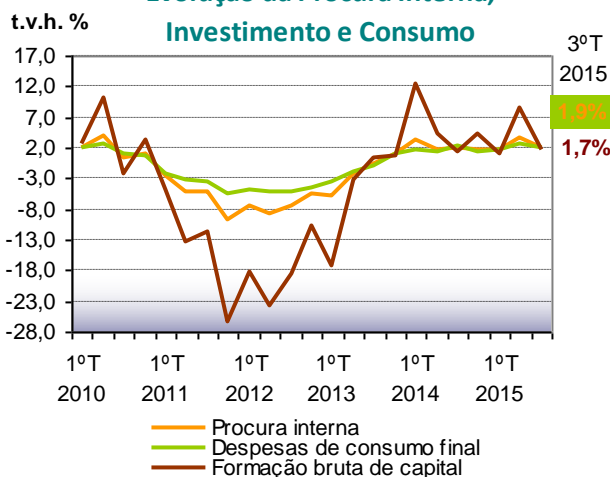
A desaceleração da procura interna para 1,9% ficou a dever-se sobretudo à desaceleração do investimento que, de uma variação homóloga de 8,5% no 2º trimestre do ano, voltou a crescer apenas 1,7% no terceiro trimestre (embora acima da variação homóloga de 1,3% registada no terceiro trimestre de 2014).

Evolução do PIBpm



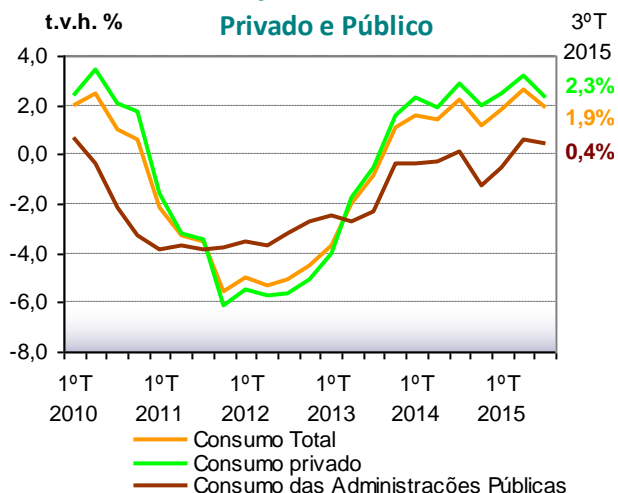
Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/11/2015

Evolução da Procura Interna, Investimento e Consumo



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/11/2015

Evolução do Consumo, Privado e Público



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/11/2015

No mesmo sentido, também o crescimento do consumo desacelerou para 1,9%. O consumo privado das famílias abrandou, para 2,3% (compara com 3,2% no 2º trimestre do corrente ano e com 2,9% no 3º trimestre de 2014) e a variação homóloga do consumo público foi de 0,4% (compara com 0,6% no 2º trimestre e 2015 e com 0,1% no 3º trimestre de 2014).

No caso do consumo privado foi a desaceleração do consumo de bens duradouros para 7,8% (17% no segundo trimestre de 2015 e 16,5% no 3º trimestre de 2014) que mais contribuiu para o seu abrandamento, em resultado sobretudo da desaceleração verificada nas despesas com a aquisição de veículos automóveis, ainda que também a componente de bens não duradouros e serviços tenha estabilizado em 1,9% (semelhante à variação homóloga registada um ano antes e 0,2 p.p. abaixo da do segundo trimestre de 2015).

O crescimento homólogo do investimento foi de 1,7% (compara com um crescimento homólogo de 8,5% no 2º trimestre, e com 1,3% no 3º trimestre do passado ano). Essa evolução resultou da desaceleração da formação bruta de capital fixo-FBCF (que de um acréscimo de 5,3% no 2º trimestre, passou a um crescimento homólogo de

apenas 1,9% no 3º trimestre, abaixo do acréscimo de 1,3% no trimestre homólogo), sem qualquer contributo positivo da variação de existências já que neste terceiro trimestre tiveram um contributo nulo para a variação do PIB. A componente de Outras máquinas e equipamentos foi a que mais contribuiu para a desaceleração da formação bruta de capital fixo, com um decréscimo homólogo de 3,1%, enquanto a variação da componente em Equipamento de Transporte, de +33,2%, se manteve semelhante à do trimestre anterior. Já a componente da Construção na FBCF cresceu em termos homólogos 2,2% (compara com +2% no 2º trimestre de 2015 e com -3,9% no trimestre homólogo).

A procura externa líquida teve ainda um contributo negativo (de -0.5 pontos percentuais) para o crescimento do PIB, mas menos acentuado que no trimestre anterior (-2 p.p.) e que no trimestre homólogo (-0,9 p.p.), já que a desaceleração do aumento das importações de bens e serviços para 4,9% foi superior à desaceleração verificada no crescimento das exportações de bens e serviços de apenas 3,9% (compara com 7,3% no segundo trimestre de 2015 e com 3,8% no 3º trimestre de 2014).

A desaceleração das exportações foi mais acentuada na componente de serviços, a qual apresentou uma variação

homóloga de apenas 0,2%, enquanto a exportação de bens cresceu 5,2%. No caso das importações, a evolução da aquisição de serviços ao exterior deixou mesmo de ser positiva, com uma variação homóloga de -0,1%, ao mesmo tempo que a aquisição de bens ao exterior apresentou uma desaceleração muito pronunciada, com um crescimento homólogo de apenas 5,7% (compara com variações homólogas de 12%, no segundo trimestre de 2015, e de 5,4% no 3º trimestre do ano transacto).

No terceiro trimestre do ano registaram-se novamente ganhos nos termos de troca, e superiores aos do trimestre anterior, com o deflator das importações de bens e serviços a reduzir-se 4,7% (-2,9% no segundo trimestre e -1,5% no trimestre homólogo) e o deflator das exportações de bens e serviços com uma variação de -1,1% (-0,5% no 2º trimestre do ano e -0,4% no trimestre homólogo).

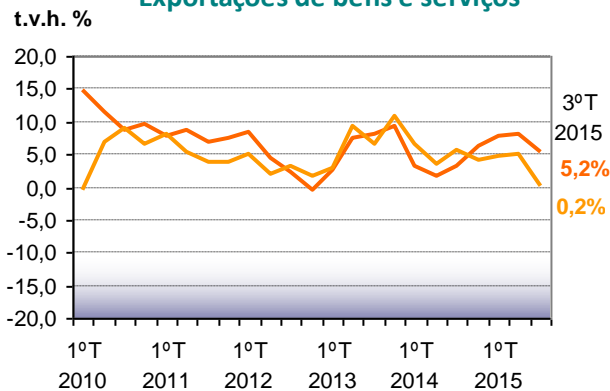
Assim voltou melhorar o saldo externo dos bens e serviços, que em termos nominais ascendeu a 1,3% do PIB no terceiro trimestre do corrente ano (compara com 0,1% do PIB no 2º trimestre do ano e com 0,2% do PIB, no terceiro trimestre de 2014).

Sectores de Actividade

Ao longo de 2015, as variações homólogas do VAB nos diferentes sectores têm vindo a convergir, ainda que no sector agrícola o ritmo de crescimento esteja mais acelerado. Com efeito, no 3º trimestre o VAB do sector dos serviços manteve-se estabilizado, com uma variação em torno dos 0,9%, a par do sector da indústria e energia com uma variação semelhante, de 0,8%. O VAB do sector da construção registou uma variação homóloga de 2,2%.

Voltou a destacar-se o crescimento homólogo do VAB do Comércio e Reparação de Veículos e Alojamento e Restauração, de 3% (compara com 3,5% no 2º trimestre de 2015 e com 3,4% no 3º trimestre de 2014), correspondente a um contributo de 0,5 p.p. para o crescimento do VAB total. No sector da Indústria a variação homóloga do VAB foi de 2,2%, semelhante ao registado no trimestre anterior (compara com uma variação de 2,1% no 2º trimestre do ano e com um crescimento de 2% no trimestre homólogo). No ramo da energia a variação homóloga do VAB manteve-se muito negativa, em -5,9% e semelhante ao registado no trimestre anterior (-6%, entretanto revisto) tendo-se acentuado a tendência negativa, face ao trimestre homólogo (-3,1%).

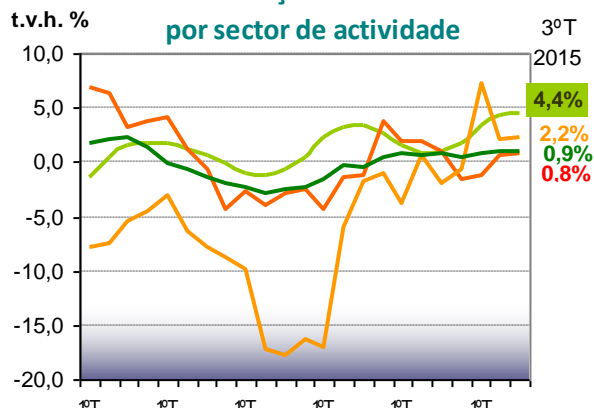
Exportações de bens e serviços



— Exportações Bens — Exportações Serv.

Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/11/2015

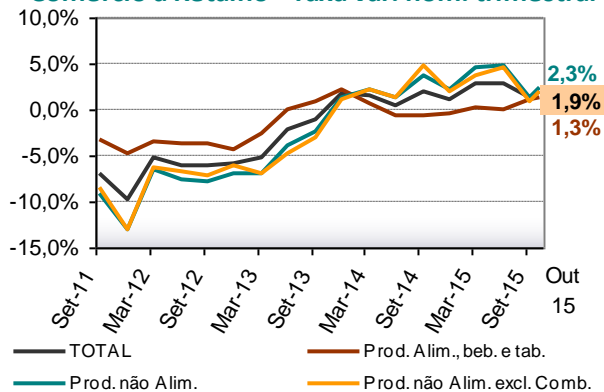
Evolução do VAB por sector de actividade



— Agríc., silv. e pesca — Indústria e Energia
— Construção — Serviços

Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/11/2015

Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho - Taxa var. hom. trimestral



FONTE: INE, IVNCR - Out 2015

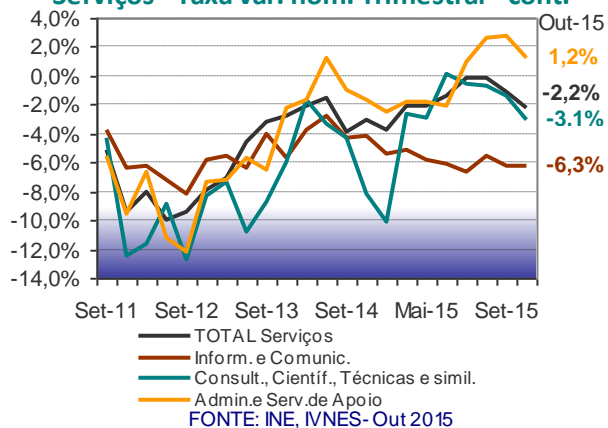
A evolução do índice de volume de negócios do comércio a retalho é consonante com a do consumo privado, com uma ligeira desaceleração para 1,2% no seu crescimento, no terceiro trimestre, já parcialmente recuperada com a evolução no mês de Outubro (o crescimento do índice foi de 1,9% no trimestre terminado em Outubro, coincidente com a do período homólogo).

No sector dos serviços, a evolução negativa do índice de volume de negócios voltou a acentuar-se no trimestre terminado em Outubro, ainda que as situações sejam diversas nos diferentes ramos de actividade. Depois de ao longo do primeiro semestre a sua evolução ser sucessivamente menos negativa, até chegar a uma variação homóloga de -0,1% nos trimestres terminados em Julho e em Agosto, no terceiro trimestre voltou a registar um decréscimo homólogo de 1,1%, que passou a -2,2% no trimestre terminado em Outubro.

No período em análise, dos ramos de actividade com decréscimos homólogos contínuos e mais acentuados, salientam-se: a Consultoria e programação informática e actividades relacionadas (-17,3%), a Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião (-9,3%), as Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (-17%), as Telecomunicações (-5,2%) e o Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos (-4,8%).

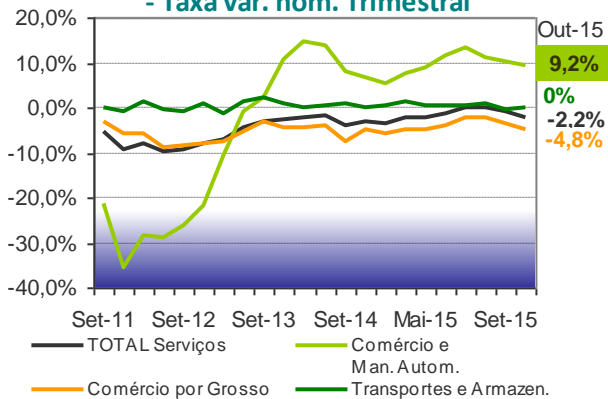
Das actividades de serviços com evoluções recentes mais favoráveis, salientam-se: o Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos (9,2%), as Actividades de investigação científica e de desenvolvimento (42%) e o Alojamento (t.v.h. no 3º trimestre: 12,5%).

Índice de Volume de Negócios nos Serviços - Taxa var. hom. Trimestral - cont.



FONTE: INE, IVNES-Out 2015

Índice de Volume de Negócios nos Serviços - Taxa var. hom. Trimestral



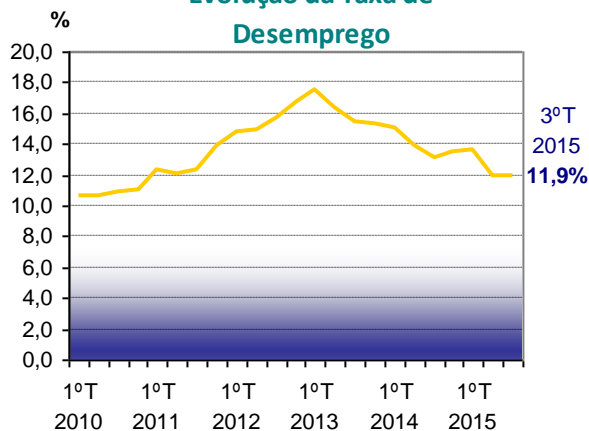
FONTE: INE, IVNES-Out 2015

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho ao longo de 2015 tem apresentado uma evolução mais favorável, mas ainda muito modesta.

Do lado do emprego, depois de no primeiro semestre se ter assistido a um crescimento homólogo de 1,3%, no terceiro trimestre o volume de emprego estabilizou ao nível do registado um ano antes, com uma variação homóloga de apenas 0,2%, ainda que sectorialmente as situações sejam distintas.

Evolução da Taxa de Desemprego

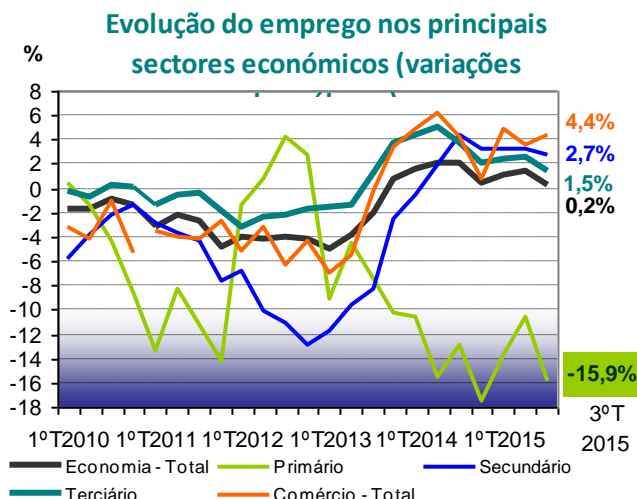


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 3ºT 2015

Ao nível do desemprego, o número de desempregados reduziu-se face ao que se registou em 2014, ainda que esse decréscimo tenha sido mais acentuado no primeiro semestre. No 3º trimestre, o número de desempregados reduziu-se 10,2%, em termos homólogos, e praticamente estagnou ao nível do segundo trimestre, com uma variação face ao trimestre anterior de apenas 0,3%, totalizando cerca de 619 mil indivíduos. A taxa de desemprego também estabilizou nos 11,9%, já alcançados no trimestre anterior, embora inferior aos 13,1% do trimestre homólogo.

A evolução do emprego ao nível sectorial, no terceiro trimestre, traduziu-se por um decréscimo homólogo muito acentuado, de -15,9%, no sector da agricultura e pescas, em parte compensado por um aumento homólogo de 2,7%, registado no sector da indústria, energia e construção, e pelo aumento homólogo de 1,5% registado no emprego dos ramos dos serviços.

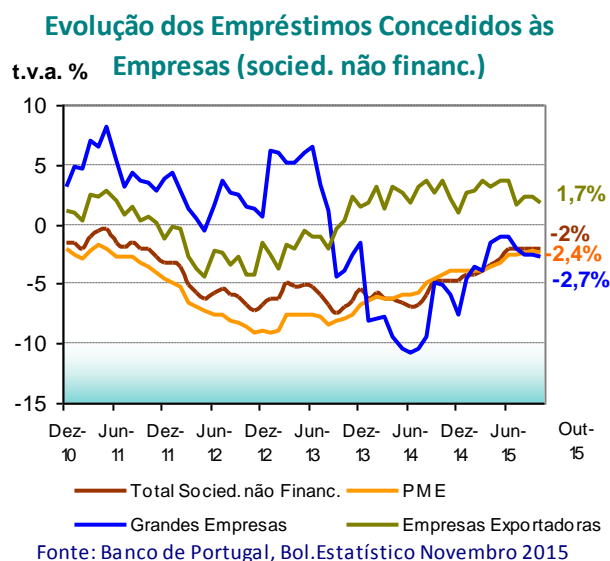
No sector dos serviços o emprego no comércio evidenciou um acréscimo homólogo de 4,4%, suportado pelo comércio automóvel (+25%) e pelo comércio grossista (+10,7%), já que no comércio retalhista se registou um decréscimo homólogo de -1,4%.



FONTE: INE, Inq. ao Emprego-3ºT2015

Financiamento das empresas

Os dados referentes ao terceiro trimestre do ano e a Outubro dão continuidade àquela que era a tendência evidenciada no primeiro semestre do ano sobre o sistema financeiro, continuando a caracterizar-se pela manutenção de taxas de juro historicamente baixas, a par da baixa inflação, e tendo-se mantido o contexto de acesso restrito ao crédito por parte das empresas. Com efeito, manteve-se a evolução negativa dos empréstimos concedidos às empresas (taxa de variação anual de -2% em Outubro do corrente ano), comum aos vários segmentos de empresas, e exceptuando-se a evolução dos empréstimos concedidos a empresas exportadoras que, embora positiva (1,7%), também desacelerou.



Evolução das contas públicas

De acordo com os dados disponibilizados pela Direcção-Geral do Orçamento no mês de Novembro, o saldo provisório das Administrações Públicas (Óptica da Contabilidade Pública), referente ao período de Janeiro a Outubro, ascendeu a -4 818 milhões de euros. Segundo a mesma fonte, e tendo por base o universo comparável de 2015 e 2014, o Saldo Global das Administrações Públicas apresentou uma melhoria de 1208,7 milhões de euros, face ao período homólogo, em resultado do decréscimo de 1,4% na despesa e de um aumento de 0,5% na receita total. Para a diminuição da despesa contribuiu sobretudo a redução da despesa em subsídios à formação profissional, a redução da despesa com pessoal e a descida nas prestações de desemprego, que mais do que compensaram o acréscimo registado na despesa de investimento, e com a aquisição de bens e serviços. A receita fiscal aumentou 5,3%, parcialmente eliminada pela redução em outras rubricas da receita total.

Segundo as estimativas da Unidade Técnica da Apoio Orçamental, até ao final de Setembro, o défice público, na óptica da Contabilidade Nacional, ascendia a 3,7% do PIB, perspectivando um défice entre 3,4% e 4% do PIB, para a totalidade do ano, podendo com medidas extraordinárias reduzir-se para 3,5% do PIB.

Contudo, tratam-se de resultados entretanto desactualizados, face às dificuldades acrescidas que o desaire financeiro do BANIF veio trazer e que obrigou à apresentação de um Orçamento Rectificativo no mês de Dezembro, em curso.

Quadro Síntese

Taxas de variação homólogas (em volume, quando aplicável)

Indicadores	3º Trimestre 2015		3º Trimestre * 2014		
	Set 2015	Out 2015	Set 2014	Out 2014	Set 2014
PIB (Produto Interno Bruto)	1.4		1.2		(1.1)
VAB agricultura	4.4		0.9		(4.0)
VAB indústria e energia	0.8		1.1		(1.7)
VAB construção	2.2		-1.9		(-3.5)
VAB serviços	0.9		0.8		(0.8)
Índices de Volume de Negócios	Trimestre terminado em:		Trimestre terminado em:		
- na Indústria	0.2	-1.6	-1.5	-0.9	(-1.3)
- no Comércio a Retalho (exclui o sector automóvel)	1.2	1.9	1.9	1.9	(1.4)
- nos Serviços	-1.1	-2.2	-3.8	-3.6	(-3.6)
Procura Interna	1.9		2.1		(1.9)
Investimento (FBC)	1.7		1.3		(1.5)
Consumo das Famílias	2.3		2.9		(2.7)
IPC	Set 2015	Nov 2015	Set 2014	Nov 2014	Set 2014
- Variação homóloga (mensal)	0.88	0.64	-0.37	0.02	(-0.37)
- Variação média dos últ. 12 meses	0.32	0.42	-0.27	-0.23	(-0.27)
Exportações	3.9		3.8		(2.9)
- Bens	5.2		3.2		(3.1)
- Serviços	0.2		5.7		(2.3)
Importações	4.9		6		(5.0)
- Bens	5.7		5.4		(4.7)
- Serviços	-0.1		9.9		(6.6)
Desemprego (Taxa de)	11.9%		13,1%		(13,1%)
Taxa de Juro de empréstimos a sociedades não financeiras (em %, média ponderada)	Set 2015	Out 2015	Set 2014	Out 2014	Set 2014
	3.55%	3.74%	4.59%	4.76%	4.05%

* Os valores entre-parentesis correspondem aos números disponibilizados quando da preparação do número deste boletim referente ao 3º trimestre de 2014, alguns deles entretanto revistos pelo INE.